



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às dezoito horas do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Leonardo Rocha, Adenilson Honorato, Álvaro Maciel, Andrea Chiesorin Nunes, Bruno Graça Melo Côrtes, Carla Pinheiro Wendling, Christiane de Souza Maia Aguiar, Ellen Costa, Fernando Gonzalez Cruz Mamari, Flávia Piana, Izáira Silva de França, Julia Coelho Franca Mamari, Lucia Helena dos Santos Torres, Mauro Barros de Souza, Paloma de Oliveira Garcia Goulart, Paula de Oliveira Camargo, Pedro Paulo Malta, Rachel Nascimento, Rayanne Pacheco Barbosa, Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara, Robson Camilo, Rosa Coutinho Perdigão, Rosa Maria Barbosa de Araújo, Sarah Alonso de Lara, Stephanie Andreas Nascimento, Suzana Queiroz, Tânia de Oliveira Pinta, Wallace Magalhães e Yke Castro Leon. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das dezoito horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. A conselheira Lia Baron inicia o encontro cumprimentando os presentes e desculpando-se por sua ausência na última reunião deste Conselho, onde o novo Regimento foi votado e aprovado. Na ocasião, a conselheira estava de licença médica. Ela informa que a ata da última reunião já foi encaminhada aos membros deste Conselho por e-mail para leitura e aprovação, bem como a versão definitiva do Regimento aprovado. Por isso, esta Secretaria sugere que, no caso de algum comentário a respeito da ata, que possa ser enviado pelo mesmo canal. A fim de que se faça a publicação com tais correções. Este encontro tem como pauta em sua convocação: o avanço em relação ao Plano Municipal de Cultura, um que se dá com a presença do consultor contratado por esta Secretaria para encaminhar a redação final do plano. Além de tratar da nota de Repúdio à FUNARTE pelas

ações contra a Escola Nacional de Circo; Saldo da Lei Aldir Blanc; E, por pedido da conselheira Carla Wendling, inseriu-se ainda: Fomento ao Carnaval e Fomento à Cultura Carioca. Embora questões técnicas tenham ocasionado um atraso de trinta minutos para este encontro, a conselheira Lia Baron pede que esta reunião não se estenda para depois das vinte horas. Visto que, a Secretaria está participando da sede, no Centro Administrativo São Sebastião, onde as luzes tem sido desligadas por volta de tal horário. Um dos inconvenientes que a realização de reuniões no turno da noite traz, reforçando a necessidade de se discutir e conversar de maneira bastante objetiva nestes cinco pontos de pauta. Em não chegando a esses, no período citado, a conselheira solicita que se encaminhem para o próximo encontro, na Reunião Extraordinária. Assim, Lia Baron passa a fala para a Vice-Presidente Rosa Perdigão que cumprimenta os presentes e agradece a participação de todos. Ela declara ser essa uma reunião bastante esperada, principalmente quanto à fala sobre a minuta do Plano Municipal a questão do técnico. Pauta tão importante quanto essa aprovação do regimento, visto ser uma questão que estava pendente há algumas reuniões. Além da relevância de se falar sobre os editais em aberto, em especial quanto ao que vem sendo questionado pela sociedade civil, afirma a Vice-Presidente. Ato contínuo, o Presidente Marcus Faustini tem a palavra, saúda os presentes e informa que estará um pouco ausente deste encontro por ter outra reunião acontecendo em paralelo e devido à publicação do Edital de Fomento à Cultura Carioca (FOCA) no dia de amanhã, que segue em seus ajustes finais. Sobre o Plano Municipal, o Secretário expõe que Marcelo Veloso é o consultor contratado, cumprindo aqui o esforço desta Secretaria ao se comprometer com este Conselho em trazer uma pessoa para ajudar na construção final a ser apresentada para a Câmara. Momento que ele propõe a este Conselho o ato de subir a escadaria da Câmara juntos para entregar a proposta do plano em outubro. Com isso, temos os próximos dois meses para trabalhar com tal profissional. O Presidente participa com alegria pelo aceite de Marcelo Veloso, visto ter essa enorme experiência na construção do Plano Municipal, já ter trabalhado no Ministério da Cultura, na cidade de Niterói. Então, a meta é entregar o Plano à Câmara em outubro e ter a Conferência Municipal de Cultura em dezembro. Com o plano tramitando na câmara e quem sabe até já aprovado, complementa Marcus Faustini. Por isso,

ele agradece e parabeniza toda equipe nessa batalha, conseguindo entregar e iniciando um caminho novo de trabalho da Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. A conselheira Lia Baron passa a palavra ao consultor Marcelo e considera que muitos dos que têm acompanhado as políticas culturais no Brasil já o conhecem. Uma vez que ele também foi Coordenador do Sistema Nacional de Cultura, viajando pelo país para convencer estados e municípios a aderirem o Sistema fazerem seus planos. Sendo assim, temos para ler e avaliar o material construído por este Conselho uma das pessoas mais capacitadas do Brasil para tratar desse assunto. Para então, haver uma edição e versão que será pactuada entre o Conselho e atual Gestão desta Secretaria. O Vereador Reimont pede licença para cumprimentar aos presentes e dispor a Comissão de Cultura da Câmara para continuar contribuindo com este processo, dentro da Câmara também. Deseja ainda sucesso ao trabalho do consultor Marcelo, de forma a continuar sua praxia dialógica, ainda que custoso como a democracia também o é. Assim, por tratar-se de uma quinta-feira, dia de muitas reuniões bilaterais na Câmara, o Vereador informa que precisará se retirar em breve, mas que sua Assessora Suelyemma seguirá acompanhando esta reunião por ele. O consultor Marcelo Veloso cumprimenta os presentes, agradece o convite e, por compartilhamento de tela, apresenta sua proposta de metodologia de trabalho de consultoria para a consolidação do texto do Plano Municipal de Cultura. Em sua trajetória, Marcelo Velloso formou-se Produtor Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), especialista em Gestão de Políticas Culturais pelo Observatório de Políticas Culturais de Grenoble e mestre em Gestão da Economia Criativa pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Tem experiência profissional em planejamento, gestão e políticas públicas nos setores público, privado e em organismos internacionais. Trabalhou na assessoria de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura – UNESCO; esteve à frente da gestão municipal de cultura em Niterói, RJ, como Subsecretário e Secretário; foi Professor de Planejamento Cultural na UFF; integrou a equipe do Ministério da Cultura onde foi Coordenador Geral responsável pelo Sistema Nacional de Cultura e Chefe da Representação Regional no Rio de Janeiro e Espírito Santo; trabalhou na governança dos Jogos Olímpicos Rio dois mil e dezesseis como Superintendente de Cultura, Eventos e

Turismo da Autoridade Pública Olímpica; e foi diretor de produção do Barracão Maravilha Arte Contemporânea, espaço de arte e produtora voltada ao desenvolvimento de projetos artísticos. Foi diretor geral do Museu de Arte Contemporânea de Niterói de 2017 a 2020. Atualmente é subsecretário de Economia Criativa na Prefeitura de Niterói e consultor em políticas públicas de cultura, gestão cultural e economia criativa. Marcelo expõe que o objetivo desta consultoria é, especificamente, a redação, adequação e consolidação do texto final do Plano Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro a partir da minuta que recebeu desta Secretaria, bem como os documentos e anais desde a Conferência. Dessa forma, Marcelo considera então, que a ideia de um Plano Municipal de Cultura para a cidade do Rio de Janeiro e não para a Secretaria, que seja um instrumento norteador e orientador para a gestão das políticas públicas de cultura e política cultural de modo geral. Um plano que articule diferentes componentes do Sistema Municipal de Cultura, ou seja, que articule o conselho, a Secretaria de Cultura que é o órgão, o sistema de financiamento, de fomento, o sistema de indicadores culturais, que articule outros sistemas como o patrimônio, por exemplo. Logo, um plano que dá conta do Sistema Municipal de Cultura como um todo. Um plano que seja exequível, visto que não adianta apenas se entender o contexto se vive entender e quais são as perspectivas que precisamos procurar. Enfim, um plano bem estruturado e mensurável é a questão central, afirma Marcelo Velloso. Objetivando que seja um plano que tenha metas, indiquem aonde se quer chegar, o que se pretende da cena de políticas culturais daqui a dez anos. Que essas estejam estruturadas em ações, ou seja, as etapas que são necessárias, os passos que precisamos dar para chegar ao cumprimento dessas metas. E, que contenha a indicação de estratégias, o conjunto de orientações necessárias para a realização desses passos, dessas ações. Em suma, o plano expressa como se quer estar daqui a dez anos a partir do momento que temos hoje. O consultor exemplifica o plano como algo construído a partir de uma foto ou pintura do hoje, em que se projeta a foto ou pintura que se quer para daqui a dez anos. Quanto à metodologia do trabalho dessa consultoria, ele explica que, a partir de um processo de estudo e análise da minuta do Plano Municipal de Cultura sobre o que foi abordado pelos Grupos de Trabalho do Conselho e também de outros documentos produzidos pelo

Ministério da Cultura, o extinto MINC. Assim como os anais das Conferências e legislação pertinente. Em seguida, entraremos em uma fase de reuniões de trabalho com os Grupos de Trabalho do Plano Municipal. Sem nenhuma atribuição do consultor de rever as questões levantadas, elencadas, as prioridades e os interesses indicados nas minutas, mas sim um trabalho de reorganizar essa construção. Como se coloca isso de maneira organizada no papel, estruturado para que possa ser um plano mensurável, claro e efetivo. Depois desses momentos das reuniões de trabalho haverá, novamente, um momento do consultor para a elaboração desta proposta, consolidada a partir dos encontros realizados. Seguido de uma etapa de validação dessa proposta tanto com os Grupos de Trabalho quanto com a Secretaria Municipal de Cultura. E, com possíveis ajustes, vai-se para a redação final e entrega da minuta do plano à Secretaria para submissão à Câmara de Vereadores. Assim, com o cronograma reduzido temos esta primeira semana, já estabelecida, usando dez dias para leitura do documento para que, em agosto, já se comece essa agenda de reuniões com os Grupos de Trabalho. Considerando importante que essas sejam específicas com cada Grupo para que a gente possa detalhar nas discussões questões que dizem respeito a cada um dos eixos sobre os quais se debruçaram. A conselheira Lia Baron complementa ao consultor que a ideia é que os mesmos grupos sejam remontados para que aqueles capítulos sejam rediscutidos e que se pensem quais são as adequações que são necessárias. Informando ao consultor Marcelo que ele trabalhará com as mesmas pessoas que discutiram o eixo e que poderá contar com a assessoria de Jeferson Rufino e Roberta Canêjo, funcionários desta Secretaria, para definir essa agenda de reuniões com os Grupos de Trabalho, fazer os links, acompanhá-los e fazer a gestão da sala e gravação. Disponibilizando assim a Secretaria Executiva para estar junto ao trabalho. O consultor então apresenta que após essa etapa de reuniões, haverá mais um período de dez dias destinados ao fechamento e consolidação dessas informações, ou seja, o trabalho de reorganizar todo texto. Em seguida, virá o momento da validação do trabalho para que, em outubro, ocorra a entrega da redação final à Secretaria de Cultura, expressa Marcelo Velloso. Ato contínuo, Lia Baron agradece a exposição da proposta e se dispõe para fazer essa primeira avaliação, leitura conjunta com o consultor e para sanar eventuais dúvidas.

Então, Lia pede que os conselheiros se preparem, na medida do possível, para a agenda de reuniões que deverá ocorrer imediatamente, após os dez dias propostos. Visto que, tal trabalho terá um tempo comprimido, como uma maratona. Trabalho bastante intenso, mas pretendemos conseguir cumprir o cronograma apresentado, ela afirma. Por isso, Marcelo também solicita que a marcação seja de forma a trabalhar eixo por semana. Podendo marcar uma reunião com um grupo nos primeiros dias da semana para que se tenha tempo, ao longo da semana de entender e, se for o caso, poder ter um segundo momento na mesma semana. Facilitando o trabalho e o fazendo de maneira organizada por cada eixo, Tendo em vista o tempo curto que possuímos para tudo isso, declara Marcelo Velloso. A conselheira Lia Baron concorda com a metodologia de trabalhar cada semana com um Eixo temático. Ela aproveita ainda para registrar a presença do Vereador Tarcísio Motta nesta reunião e o mesmo saúda os presentes e expõe, rapidamente, sua preocupação de datas. Uma vez que, ao receber o Plano na Câmara em outubro ter-se-ia pouco tempo para a votação. Onde a Câmara estará no meio do processo de discussão do Plano Diretor e lembra que ainda pretendem fazer o debate com o conjunto da sociedade civil. Ele expressa assim tal preocupação e deseja que este Conselho tenha um bom trabalho. Na sequência, os inscritos pelo chat da reunião têm espaço para fala e a conselheira Lia Baron passa a palavra para Sarah Alonso, pois, o conselheiro Álvaro, apesar de inscrito primeiro para a fala, encontra-se com instabilidade em sua conexão de internet. A conselheira Sarah Alonso cumprimenta os presentes e registra que a conselheira Andrea Chiesorin permanece sem conseguir acessar a reunião pelo link disponibilizado ao grupo. Apontando a situação por ela descrita como indelicada, visto que a conselheira se preparou para esta reunião e por uma questão técnica não consegue participar. Por isso, Sarah reforça sua esperança de que o assessor Jeferson Rufino consiga fazê-la entender o que ela precisa para entrar na reunião. Sobre a metodologia apresentada pelo consultor, a conselheira participa de sua preocupação na reativação dos Grupos de Trabalho que construíram a minuta. Visto que tais grupos não possuem apenas conselheiros, mas também outras pessoas da sociedade civil que foram convocados para participar. Sendo necessário comunicar-se com essas pessoas, para que também se organizem, ou seja, que se tenha antecedência nessa marcação para comunicar

também a essas pessoas. Além disso, Sarah Alonso destaca que desde o início pontuou-se que uma das grandes dificuldades desse plano foi a ausência do material diagnóstico desta Secretaria, naquele momento de elaboração. Para que ali fosse possível então, ter metas e ações mais claras. A conselheira Lia Baron pondera que tal ausência é algo lamentável e muito ruim. Suscitando que não houve legado para atual gestão de um documento que registrasse o diagnóstico, histórico e avanços da Secretaria como o que fora solicitado nos períodos de dois mil e treze a dois mil e dezesseis. Com isso, a prática de gerar um diagnóstico completo da secretaria do rio não ocorreu na última gestão e os históricos onde ainda é possível fazer análises são aqueles últimos. Para que mais informações robustas como o arquivo citado fossem construídas teria sido necessário contratar um consultor previamente para tal serviço. E, esta Secretaria não dispõe no momento de tempo nem orçamento para tal, afirma Lia Baron. Assim, ela se dispõe ao consultor Marcelo para realizar, como alternativa, uma força-tarefa interna de levantamento de informações e dados. Para que sejam fornecidas aos Grupos de Trabalho. No entanto, Lia reitera que, para um documento completo, um diagnóstico efetivo teria sido necessário contratar um serviço para tal. O que gerou a delicada situação, uma vez que houve legado de déficits orçamentários e de memória para o processo de construção da minuta do Plano. Na sequência, o conselheiro Álvaro tem a fala, cumprimenta os presentes, parabeniza esta Secretaria pela escolha do consultor Marcelo e participa seu contentamento em ter como integrante neste trabalho alguém que atuou no exemplo de avanço e implementação do Sistema de Cultura na cidade de Niterói. Enquanto, nesta cidade, houve apenas três reuniões destinadas a tal, mas sempre atropelada pela agenda de editais e fomento, declara Álvaro Maciel. Reforçando ainda a importância das lideranças locais que levam o acesso ao direito de fazer e vivenciar a cultura com as pessoas mais pobres da cidade. E, tendo esse direito contemplado, uma vez que o estado não chega lá, quem chega são as lideranças comunitárias fazendo, muitas vezes, o dever que a política pública deveria fazer, declara Álvaro. Comparando ainda um educador em sua função de alfabetizar e educar aos conselheiros e lideranças que fazem um trabalho nos territórios, levando condição àqueles moradores ao direito à cultura local. Tornando-se imperativo o da territorialidade para

poder corrigir uma distorção que há nessa cidade. Por isso, ele parabeniza a equipe da Secretaria e a este Conselho por tal norte. Compromissado com essa política do Sistema não compromissado com uma melhor política e distribuição de verba nesta cidade. O conselheiro finaliza sua fala com uma indagação ao Presidente Marcus Faustini e à conselheira Lia Baron sobre como se daria a prioridade à pauta do sistema em sua nuance da aprovação do Plano e a toda complexidade e atenção que o assunto requer. Em seguida, a conselheira Lia Baron opta por ouvir os demais inscritos para, então, retornar a palavra ao Secretário para considerar as falas. Assim, o conselheiro Adair Rocha tem a palavra, cumprimenta aos presentes expressa a importância da chegada do consultor Marcelo, complementando que o mesmo está encontrando um campo extremamente favorável devido à composição atual da Secretaria de Cultura, a todo o trabalho que este Conselho vem desempenhando e esforço da Comissão de Cultura da Câmara. O conselheiro compreende a fala de Lia Baron e concorda que, quanto maior o detalhamento de um diagnóstico, melhor seria. No entanto, ele complementa que diagnóstico é também um sintoma, visto que a própria não existência de uma política pública aplicada, como um Plano, é quem interfere neste diagnóstico inexistente. Ato contínuo, a conselheira Carla Wendling tem a palavra, cumprimenta os presentes e dá boas vindas ao consultor Marcelo Velloso. Sobre a fala do Secretário Marcus Faustini quanto à probabilidade de ocorrência das eleições do Conselho para o mês de dezembro, a conselheira ressalta a importância de uma forte divulgação. Um chamamento que promova uma alerta à sociedade, devido à necessidade de ocupar esses espaços com pessoas de representativas e que podem, realmente, estar aqui trazendo demandas e lutando, declara Carla Wendling. Por entender que este espaço tem que ser democrático e ocupado pela sociedade civil, ela busca entender como a esta Secretaria está pensando em fazer a chamada da população. A conselheira busca entender como ocorrerá tal preparação para uma eleição, se distribuindo cartazes nos pontos de Lonas, Areninhas e outros equipamentos da Secretaria, visitas, reuniões virtuais ou presenciais. Ressaltando ainda a importância da presença do Conselho nessas ações. Em seguida, o Vereador Tarcísio Motta pede a fala e o Presidente a concede antes de expor suas considerações. O Vereador Tarcísio parabeniza esta Secretaria pelo esforço e acredita que, sobre a fala da

conselheira Lia Baron, tem-se neste processo da discussão do Plano a necessidade de se colocar como objetivo dele próprio deixar um saldo organizativo institucional para o futuro. Uma vez que, a alternância de governos tem acarretado a situação corriqueira de um não deixar nada para o outro. E, embora compreenda quando o consultor Marcelo Velloso aponta que o plano é uma foto de hoje e um pensar o que são os próximos dez anos, o Vereador reconhece que esse ponto de partida está deficitário. Lamentando que não se tenha muito que fazer, ressalta ainda a luta deste Conselho no ano de dois mil e vinte solicitando um mínimo de diagnóstico. Assim, ele depreende três pontos básicos nesta situação: preocupação com o cronograma e periodicidade de reuniões com os Grupos de Trabalho; Priorizar a comunicação com aqueles que não integram o conselho, mas compõem os Grupos de Trabalho, para que possam se programar; e Por estar se pensando uma Conferência que não discutirá o Plano, saber se na mesma ocorrerá também o processo eleitoral. Além desses pontos, o Vereador Tarcísio ainda busca saber se esta Secretaria limitará a discussão ao espaço das reuniões do Conselho ou também se programa para algum processo de consulta pública? O Presidente tem a palavra e expressa que, em relação à Conferência e Eleição acredita ser necessário abrir uma discussão neste Conselho para tal planejamento. Visto que, quando esta Secretaria apontou que estava começando a se organizar, após um cenário mais claro da retomada das ações da Secretaria, bem como de vacinação na cidade veio, então, a possibilidade de fazer a Conferência e Eleição em dezembro. No entanto, isso não significa um imperativo imutável, mas sim um ponto da nossa conversa, afirma Marcus Faustini. Onde a estratégia foi entregar, primeiramente, o que esta gestão havia pactuado, ou seja, trazer um consultor para o Plano para olhar e dimensionar. Logo, a próxima etapa seria começar a discutir neste Conselho a construção da Conferência, se apresentará uma proposta. No entanto, neste momento, a prioridade é do Plano para que não percamos o prazo e, ao mesmo tempo, há as inscrições do Fomento à Cultura Carioca (FOCA). Fator esse que toma a dedicação da equipe desta Secretaria, em especial a fazer um esforço de acesso mais radical, afirma o Presidente Marcus Faustini. Por isso, ele entende que é preciso se debater como essa dinâmica se dará, optando pelo modelo que seja bom na visão do Conselho quanto à conferência. Afirmando que esta

Secretaria vai entrar no debate no enquanto governo quando a gente avançar um pouco mais com a entrega do processo de construção da política pública que diga essa tarefa. Alertando ainda que, embora estejamos com seis meses de gestão com muitos passivos, estamos conseguindo entregar uma série de ações para retomada da política cultural carioca. Logo, estamos bem, afirma o Secretário, apesar do passivo do plano dos outros governos, seguimos trabalhando com o que pegamos aqui e com o que estamos aprendendo na relação com vocês, diz Marcus Faustini. Esse, entende ser muito coerente que o calendário proposto pelo consultor Marcelo não possa falhar para que se consiga entregar em outubro o Plano, sendo um fator central. Ao Vereador Tarcísio, o Secretário afirma que esta Secretaria pensa em levar diretamente para Câmara e participar das audiências públicas debatendo, onde se tiver alguma consideração para fazer que ocorram também nas audiências públicas, Faustini participa que teve hoje uma reunião com o líder do governo, Átila Nunes, já para falar da importância de ser essa a principal agenda da cultura na Câmara. Onde se solicitou para ele tal consideração e, o mesmo, se colocou disposto para ajudar nesta construção fazendo a sensibilização da base aliada e de todos os setores. Confirmando assim que permanece a ideia de realizar a Conferência em dezembro deste ano e a possibilidade de já começar a pensar junto o que seria essa Conferência. Podendo então, ser marcada uma reunião ordinária deste Conselho para debater visões para onde a gente quer chegar e sobre a realidade que estaremos. Bem como fazer uma boa participação e com renovação. Encerrando-se assim o primeiro ponto de pauta, sobre o Plano Municipal de Cultura, a conselheira Lia Baron agradece a presença do consultor Marcelo e a conselheira Sarah Alonso solicita um complemento. Em sua fala, ela compartilha sua preocupação com a ausência de diagnóstico e compreende a dificuldade técnica da Secretaria. Suscitando que o corpo da Secretaria sempre teve este problema, mas quando houve a troca de gestão desta houve o desejo de rever a minuta. Fator que, aos conselheiros, embora pareça um retrabalho, é uma oportunidade tornar esse plano um pouco melhor, afirma a conselheira Sarah Alonso. No entanto, a mesma considera que, sem um ponto de partida mais aprofundado, como o diagnóstico solicitado, não se tem muito sentido. Dando-lhe a sensação de terem perdido oito meses para recomeçar de onde este Conselho

parou, sem diagnóstico. Sarah declara que tal discussão teve um tempo muito curto e preocupa-se em como se dará a dinâmica de um cronograma que vai atrás de diagnóstico no meio da semana e, na mesma, ainda fazer reunião do Eixo. Ela coloca-se à disposição enquanto Conselho para ajudar no que puder e ressalta que a luta pelo Sistema Municipal de Cultura é antiga e árdua. E, embora as inscrições para o FOCA estejam abertas, ela lembra que a luta pelo sistema e pelo Plano vai ao sentido de uma estabilidade. Sendo que, não está havendo a discussão de recursos para o Fundo Municipal de Cultura, afirma a conselheira Sarah Alonso. Ela participa que, dentre as pautas que foram colocadas neste Conselho, o PL mil e vinte oito, que direcionava recursos para o Fundo com o qual esta Secretaria não concorda, ficou entendido que não estará mais em cogitação. Por isso, a conselheira coloca que este Conselho e a Sociedade Civil precisam entender que não adianta ter um Plano se não há recurso. Ou se a Secretaria ficaria a fazer sempre editais por fora? Sabendo que, por mais que tais editais possam ser ótimos, há também a possibilidade de não ser. Dependendo sempre de como isso vai estar da cadeira, afirma Sarah Alonso. Assim, ela compreende que não se pode esquecer esse entendimento: quais serão os recursos para esse Fundo? Uma vez que a pretensão é de um Fundo e que se tem um Plano a ser seguido, ele precisa de recurso, conclui a conselheira Sarah Alonso. Em seguida, o conselheiro Álvaro Maciel tem a palavra e pondera sobre o ponto de pauta do Sistema Municipal de Cultura e o dinheiro para o Fundo Municipal de Cultura. Álvaro aponta como emblemático o exemplo do Fundo Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, o qual ficou por quinze anos com dinheiro, mas sem poder ser utilizado. Assim, o conselheiro entende como pertinente a preocupação da conselheira Sarah Alonso, mas suscita a importância de outras variáveis. A compreensão de que, sem dinheiro, uma parte da cidade nunca viu nem chegou um centavo de investimento público de cultura. E, naquelas áreas, nessa engrenagem chamada Sistema Municipal de Cultura, está faltando uma peça, que se chama Plano, afirma o conselheiro. Álvaro acredita que, uma vez instituído o Sistema, uma luta pela institucionalização da Política cultural na cidade do Rio de Janeiro, haverá a valorização da cultura dentre as outras políticas na Câmara. Valorizando a cultura como as outras pastas que já iniciam o ano com dinheiro. Logo, ele atenta para o fato da institucionalização

preceder o pensar em recursos e verbas. O conselheiro Álvaro acrescenta ainda que, por mais que o trabalho do consultor Marcelo junto a este Conselho resulte em um excelente produto, ainda sim, poderá sofrer alterações. Sendo exatamente para isso que existe institucionalização, para começar. E, depois que esse espaço estiver aberto, aí sim é que a gente começa a se reunir novamente. Analisar se funcionou ou não para fazer alterações. Ressaltando que, até hoje o Sistema Estadual de Cultura sofre alterações para algumas brechas na lei que só se descobre depois que passa a funcionar. Ato contínuo, a conselheira Lia Baron agradece as falas e solicita que o consultor Marcelo entre em contato com os funcionários Jeferson Rufino e Roberta Canêjo para agendamento dos encontros e que haja o compartilhamento de tais agendas com as representações da Câmara de Vereadores. A conselheira Sarah Alonso solicita que seja enviado um e-mail para as pessoas da Sociedade Civil, além do Conselho, que integraram os Grupos de Trabalho para o Plano. Ainda que não haja uma data específica para o encontro, mas que já os alerte quanto a esse cronograma, se possível. Quanto ao segundo ponto de pauta, sobre a nota de repúdio ao fim das bolsas e outras apurações na Escola Nacional de Circo, a conselheira Lia Baron participa que a carta enviada por e-mail a este Conselho foi redigida por uma de nossas conselheiras, foi editada pelo gabinete do Secretário. Assim, ela pergunta se será possível considerar a redação apresentada como aprovada ou se há alguma consideração a ser feita? E, se alguém gostaria de se posicionar neste sentido ou comentar algo? Ana Lúcia Pardo comunica que seu nome não constava na ata da última reunião. Sem objeções, a redação do texto da nota de repúdio é considerada aprovada. Sobre o terceiro ponto da pauta, em relação à Lei Aldir Blanc, a conselheira Lia Baron participou do Decreto de Assimilação dos Saldos da Lei Aldir Blanc foi regulamentado. E, segundo essa regulamentação, esta Secretaria tem que dar destinação final aos recursos até o final de outubro. Então, a conselheira e Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural Lia Baron apresenta por compartilhamento de tela um balanço financeiro do saldo da Lei Aldir Blanc (LAB) e uma proposta da Coordenadoria de Fomento para a utilização desses recursos. A conselheira relata que o saldo que estava na conta corrente em vinte e um de julho deste ano era de R\$390.646,48 (trezentos e noventa mil seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito

centavos). Desse, houve o pagamento para o inciso II, ainda em dois mil e vinte um, de R\$64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais). E, apresenta a proposição convocar vinte e quatro suplentes do inciso III - Arte Escola ou Ações Locais, totalizando R\$316.278,96 (trezentos e dezesseis mil duzentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) para tal. Dessa forma, o total utilizado em dois mil e vinte e um, seria de R\$381.178,96 (trezentos e oitenta e um mil cento e setenta e oito reais e noventa e seis centavos). Saldo após a realização dos pagamentos em dois mil e vinte e um (projeção) será de R\$9.467,57 (nove mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Da utilização do valor destinado ao inciso II, o pagamento foi distribuído da seguinte forma: R\$62.000,00 (sessenta e dois mil reais) – pagamentos a oito beneficiários que não receberam em dois mil e vinte; R\$900,00 (novecentos reais) – valor de uma restituição equivocada; e R\$2.000,00 (dois mil reais) – pagamento a uma beneficiária que recebeu o valor a menos. Totalizando os R\$64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais) já citados. Quanto à discriminação dos valores para o inciso III, a conselheira Lia Baron apresenta como ficaria o panorama de utilização do saldo: Edital Arte e Escola – quatrocentos e oito contemplados, valor do prêmio R\$13.178,29 (treze mil cento e setenta e oito reais e vinte e nove reais) e 667 (seicentos e sessenta e sete) suplentes; Edital Ações Locais trezentos e cinquenta e oito contemplados, valor do prêmio R\$ 13.178,29 (treze mil cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos) e 71 (setenta e um) suplentes. Com a convocação dos vinte e quatro suplentes de um dos editais, Arte Escola ou Ações Locais, será utilizado o valor de R\$316.278,96 (trezentos e dezesseis mil duzentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) já citados. Justificando a escolha de suplentes do inciso III por ser uma opção que alcança um maior número de contemplados com maior segurança jurídica e devido ao pouco tempo para a destinação dos recursos. Uma vez que, já estão avaliados e em sequência de suas colocações e pelo fato de não haver suplência no Edital de Memória Técnica. Quanto a esta proposição, Lia Baron indaga a opinião do Grupo de Trabalho da Lei Aldir Blanc assim como aos demais conselheiros. Visto que, é preciso encaminhar o plano de utilização dos recursos na próxima semana. A conselheira Carla Wendling tem a palavra e recorda que, os momentos destinados às decisões sobre a LAB

pediam que os conselheiros se retirassem para que apenas os integrantes do Grupo de Trabalho da LAB discutissem. Com isso, ela indaga se seria pertinente a ponderação do Conselho sobre tal pauta. A conselheira Lia Baron propõe então que haja uma reunião apenas com o Grupo de Trabalho da Lei Aldir Blanc, mas compreende que precisava compartilhar essa posição com o Conselho para então, poder avançar. No entanto, caso considerem que esta esfera não seja apropriada esta Secretaria se voltará ao Grupo de Trabalho da LAB. Sem objeções ao retorno com o Grupo de Trabalho, o encaminhamento se dá. Devido ao horário avançado, dezenove horas e quarenta minutos, junto ao limite da estrutura física do prédio da Secretaria de Cultura, Lia Baron indaga se a pauta proposta pela conselheira Carla Wendling, sobre o carnaval, seria possível de ser realizada em dez minutos ou se ela consideraria chamar uma reunião para tal. A conselheira Carla, então, aponta como principal ponto a ausência de um cronograma sobre o edital Cultura do Carnaval Carioca. Uma vez que, muitas pessoas têm buscado tal informação junto aos conselheiros. Além desse questionamento, a conselheira busca entender se o edital será lançado amanhã. E, Lia Baron responde ressaltando a importância de compreender que as verbas destinadas aos dois editais não provêm da LOA e sim de verbas que têm sido suplementadas. E, sempre que há suplementações, perde-se um pouco o cronograma de trabalho, expõe a conselheira Lia Baron. Boas conquistas coletivas, mas que coloca a Secretaria em condição instável para a execução. E, por compartilhamento de tela, a Coordenadora do Fomento e Democracia Cultural Lia Baron apresenta as etapas já cumpridas na execução do Edital Cultura do Carnaval Carioca e o panorama por Linha. Tem-se então, Origens: inscrição - 172, habilitação - 82, habilitação após diligência - 126, habilitação após recurso - 130 e inabilitados - 42; Som: inscrição - 79, habilitação - 39, habilitação após diligência - 57, habilitação após recurso - 59, inabilitados - 20; Estética: inscrição - 88, habilitação - 32, habilitação após diligência - 52, habilitação após recurso - 52, inabilitados - 36. Totalizando: inscrição - 339, habilitação - 153, habilitação após diligência - 235, habilitação após recurso - 241, inabilitados - 98. Tendo então, 241 propostas que estão sendo encaminhadas para a análise e avaliação. Essa análise de mérito está em atrasado no que diz respeito à liberação para a contratação. Onde, como em todos

os procedimentos da prefeitura, tem se buscado respaldo jurídico para algumas contratações, principalmente contratações de pessoas físicas. Pois, são feitas com algumas exigibilidades e que passam por uma burocracia muito vasta. Ocasionalmente uma maratona administrativa que já está entrando em sua sétima semana de trabalho árduo para que essas contratações possibilitem iniciar as análises já na próxima semana. Para que, até o fim do mês, o resultado esteja estabelecido, explica Lia Baron. Ressaltando que haverá ainda a fase de recurso após tal avaliação de mérito para que só depois inicie o cronograma de pagamentos, previstos para o mês de setembro. Logo, a conselheira ressalta que não há grande defasagem em relação ao cronograma inicial. Então, a conselheira Carla Wendling reitera que o incômodo das pessoas está justamente no fato de não saberem a fase em que o processo se encontra. Por isso, Carla solicita que a Secretaria se comunique. Enfatizando a divulgação, a conselheira Lia Baron compromete-se a pedir para a equipe de Comunicação fazer uma publicação nas Redes Sociais e no site da Secretaria sobre cronograma para que as pessoas fiquem mais informadas. Lia comunica à conselheira Carla que esta Secretaria está trabalhando para lançar o fomento à base do milagre. Uma vez que, pela primeira vez, foi possível fazer um acordo, dentro de todas as regras jurídicas, passando pela avaliação de duas procuradorias também da equipe jurídica da instituição Oi Futuro. Com quem esta Secretaria tem selado um acordo de dois anos para usar seu sistema de inscrições e avaliação. Sistema único, o que permite que toda a manipulação desses dados de proponentes seja enviada de forma transparente. Permitindo também que a gente consiga trabalhar esses dados de forma mais eficiente, que os jurados conseguiram fazer as avaliações de forma mais eficiente e por que os relatórios de avaliação também são gerados, automaticamente, coloca Lia Baron. Exemplifica que o próprio relatório e planilhas, compilação das informações, que estão sendo compartilhadas por tela, nesta explanação, advém da plataforma em questão. Em seguida, a conselheira Carla Wendling reitera que sua pergunta foi se esse edital sairá amanhã e a Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural Lia Baron confirma que os termos deste edital serão publicados no dia seguinte. Acrescentando que, as inscrições serão lançadas na próxima segunda-feira, sendo feito desta maneira para que o recurso consiga ser executado ainda este ano, com um

cronograma batendo em dezembro. Com isso, a conselheira Carla Wendling afirma a necessidade de fazer a fala neste momento, suscitando que, quando o Secretário Marcus Faustini apresentou este edital a este Conselho, várias ponderações foram feitas aqui. Dentre elas, o CPFs que não estão sendo contemplados da forma devida. A conselheira Lia Baron expressa que estão sendo contemplados, mas a conselheira Carla Wendling reitera que, uma vez que a maioria das pessoas que fazem cultura nesta cidade são pessoas físicas, não cabe o que está sendo apresentado. Visto ser esse um dinheiro público e onde se tem um prefeito que fala em democracia, expõe a conselheira Carla. Indagando sobre como se ter pouco mais de trezentos projetos para serem contemplados com valores de vinte, cinquenta, cem e duzentos mil reais em que se contemplaria o máximo de quinze projetos feitos por CPFs. Entendo que há muito mais do isso, na Linha da Cultura Popular, por exemplo, coloca Carla Wendling. Reforçando seu apontamento, na ocasião, que só no Carnaval temos mais de 500 blocos, e ouviu na fala do Presidente Marcus Faustini, que tal manifestação teria acabado de ser contemplada em fomento específico. Situação que a conselheira confirma que assim o fora, mas que se instaurou como um feito que ocorria pela primeira vez. A conselheira coloca que o carnaval não precisa tirar dinheiro de ninguém, que possui dinheiro próprio. Sendo assim, Carla Wendling expressa ser inadmissível não entender o carnaval como Cultura Popular. Assim, como é inadmissível encontrar o audiovisual, que possui fomento próprio, poder ser contemplado em quase todas as linhas. Considerando assim, que isso é discriminação. A conselheira afirma que notificou a Secretaria por WhatsApp sobre uma observação quanto à Jacarepaguá e barra não poderem ser contemplados a menos que sejam favelas. Sendo que lá encontramos quilombos, por exemplo. A conselheira Lia Baron responde que poderão ser contemplados. A conselheira Carla Wendling complementa que este Conselho trouxe como sugestão ao Edital que pretende ser publicado amanhã, uma linha específica para artistas com necessidades especiais. E, a conselheira Lia Baron expõe que a questão da Acessibilidade foi contemplada em todos os projetos. E, a conselheira Carla Wendling completa que a consideração era que fosse uma linha específica. Ela compreende, mas afirma que ainda há muita coisa a ser discutida das ponderações que este Conselho trouxe quando lhe foi

apresentado, enxergando, novamente, um edital que não chega perto da realidade do que é o carnaval e as demais manifestações. Sua fala segue no sentido de buscar entender o porquê de, se tem dinheiro hoje, por que não dividir isso? Assim, ela afirma que gostaria muito que a Comissão de Cultura da Câmara e seus representantes fizessem alguma mobilização para conversar com o prefeito. Pois, apesar de ser algo a ser fechado amanhã, a conselheira entende ser necessário que ele entenda. A conselheira afirma que ele já foi gestor, duas vezes prefeito, vice-prefeito da Barra, retornou à gestão da Prefeitura e coloca agora projeto de que se diz com o foco na cultura, mas que ela discorda que assim o seja. Carla Wendling entende ser uma falta de respeito e que não é possível que assim ocorra. Afirmando que o prefeito fala em democracia, mas não democratiza. Está sim, negando. Ela afirma que é preciso de mais e que este dinheiro daria para atingir um público maior. Por isso, ela pede para que o Vereador Reimont ligue para o prefeito a fim de tentar redefinir e desenhar isso. Ela reitera que não pode ser dessa forma e que é inadmissível usar esse dinheiro assim. Por entender que os que receberão os prêmios de cem ou duzentos mil reais serão os CNPJs enquanto, quem faz cultura nesta cidade são os CPFs. Por isso, ela considera que as palavras “solidariedade” e “democracia” estão sendo usadas de uma forma demagoga, visto que a realidade é outra. A conselheira Carla afirma que, em sua compreensão, quando tais ponderações e demandas foram trazidas aqui ao Secretário, poderiam ter sido consideradas. E, se o Presidente Marcus Faustini não conseguiu conversar com o prefeito, então vamos nós, Conselho e Comissão de Cultura tentar diálogo, diz Carla Wendling. Complementando ainda que o atual chefe do executivo desta cidade nunca se aproximou ou reconheceu este Conselho. Ela convida os presentes a bater na porta dele, a levar a sociedade civil e os técnicos, que também são CPFs. Assim ela solicita ajuda, nesta questão, aos vereadores da Comissão de Cultura da Câmara e seus Assessores que estejam presentes neste encontro. A conselheira Lia Baron indaga se há mais alguma inscrição de fala para se posicionarem em relação ao exposto e, sem inscrições, ela prossegue. A coordenadora de Fomento e Democracia Cultural participa de seu entendimento, que ela reconhece que possa ter sido parcial, uma vez que o último encontro deste Conselho foi para a votação do Regimento Interno, não sobre destinação de fomento,

e a mesma encontra-se licenciada. Assim, Lia Baron expressa que aquele modelo que o Secretário apresentou, dizendo já que tinha sido um modelo, já aprovado, e aprovado às pressas, porque todo o processo administrativo tinha que correr. E, uma vez que isso é definido, não se consegue, infelizmente, voltar atrás no crédito orçamentário. E o desenho já está feito, foi consolidado naquele momento e se o grupo quiser marcar outras conversas com Secretário, aí se poderá fazer, exclusivamente. E, sobre o fomento que seria realizado em outro ciclo, em outro ano, mais do que dobra o número de proponentes contemplados, abaixando os valores dos prêmios. Lembrando que já se trabalhou com valores de trezentos a quatrocentos mil e agora já se consegue trabalhar partindo de vinte e cinco mil para Projetos Culturais. Por isso, podendo dobrar o volume de contemplados assim como o número de linhas que foram ampliadas. E, do ponto de vista político e operacional, trata-se de um fomento que não é fácil de ser feito, por isso precisa ser recortado. E que tem que ser recortado para que a gente consiga chegar a mais gente. Por isso, trabalha-se com um índice que tem que ser de pessoa física que parta de vinte e cinco mil reais, até duzentos mil reais, mas que trata-se de todo um Programa de Fomento à cultura carioca. E não programa de auxílio emergencial como os que foram lançados no ano passado, a exemplo da Lei Aldir Blanc, afirma Lia Baron. Entendendo que esse modelo pode ser discutido e, de todo modo, a conselheira afirma que é importante que isso fique claro. O desenho deste edital será, de fato, diferente das chamadas emergenciais. É um resgate do Programa de Fomento que foi executado, anteriormente. Esse Programa de Fomento foi resgatado e redesenhado, de forma que se consiga trabalhar com um número maior de prêmios, com recursos de premiações com valor mais baixo e dentro de uma perspectiva descentralizadora, afirma Lia Baron. Justificando ainda o porquê de dois regulamentos, um dividido por linhas temáticas de linguagens e o outro que é reservado às áreas da cidade, às Regiões que têm menos acesso ao fomento. Neste segundo regulamento, ela explica que seriam as pessoas que terão acesso a uma reserva de recursos para as regiões periféricas e de subúrbio. Já, no primeiro regulamento, Lia explica que, aqueles que residem nas regiões delimitadas pelo segundo, incluindo Barra e Jacarepaguá, também podem concorrer ao primeiro regulamento. Então, dobra-se a possibilidade de acesso ao recebimento do recurso. Por isso,

ela expressa que a perspectiva é a de uma proposta de transformar o Programa de Fomento da forma como ele foi elaborado anteriormente, a ideia desta Secretaria foi a de democratizá-lo e chegar a uma quantidade maior de pessoas e chegar a agentes culturais que, historicamente, não têm sido contemplados pelos programas de fomento. Neste sentido, a conselheira Lia Baron considera um bom desenho, onde se dobra os números de projetos, dobra o número de contemplados e garante uma reserva muito expressiva para realizadores culturais das zonas norte, oeste e das favelas do centro e zona sul, que terão o seu recurso garantido. Um que chega a uma proporção de um quarto do recurso geral. Um que representa o dobro do recurso executado na outra gestão nos editais de Ações Locais, um que fora capilarizado, e que se assemelha ao que está em questão agora. Seria como se fosse um encaminhado para este mesmo público, mas dobrado em suas proporções, ela exemplifica. Por isso, ela faz tal fala, do ponto de vista da democratização e da capilarização de recursos que esta Secretaria tem a intenção. Afirmado ser esse um Programa de Fomento, um que premia projetos culturais e não indivíduos que estejam em condição de vulnerabilidade em função da pandemia. É para Projetos, para que a cadeia produtiva retome. Mas, em sendo um edital de retomada, na linha daqueles que eram lançados nas gestões Paes, anteriores, um edital de retomada, mas na perspectiva de ser mais democratizado e mais capilarizado. A conselheira expressa que já a reunião já está chegando ao horário limite para sua ocorrência no prédio da Prefeitura, de sua conexão está estabelecida. Por isso, ela solicita que seja aberto o espaço para inscritos da sociedade civil fazerem suas falas e indica que tal assunto pode ser retomado em outra reunião específica ou mais adiante, como ao final do mês de agosto. Pois, Lia Baron reconhece que este tema também merece melhor cuidado. Os inscritos são: Roberto Rodrigues, Mônica Dias, Verônica, Isabel Gomide, no entanto, a energia no prédio da Secretaria de Cultura é interrompida e a reunião sai do ar. Por meio do chat no youtube, a Secretaria de Cultura informa o problema técnico e a intenção de retorno. A Secretaria Municipal de Cultura transmite novamente o encontro e a conselheira Paloma Goulart aponta que a Secretaria Municipal de Cultura consegue manter-se com iluminação até às vinte e um horas. A Coordenadora de Fomento e Democracia Cultural Lia Baron expressa que, por vezes, os

trabalhadores desta Secretaria têm se mantido apenas à luz de seus celulares em reuniões, lives e em seus respectivos compromissos até as vinte e três horas. Ela lamenta que os requerimentos desta Secretaria não sejam tão bem atendidos como os de outras. Por isso, Lia Baron sugere que sejam retomadas as falas da sociedade civil e a senhora Isabel Gomide tem a palavra. Essa expõe que lamenta o atropelo da Secretaria de Cultura ao Conselho e relembra que ao ter vivenciado o papel de conselheira reconhece que o mesmo já ocorreu por muito tempo. Isabel Gomide considera que o Conselho Municipal de Política Cultural possui a expertise em poder ajudar a Secretaria, mas nunca é lembrada e valorizada. Sobre o Edital, Isabel considera lamentável chamá-lo de retomada, uma vez que a cidade está parada pela pandemia instalada. Somada à sua variante *Delta*, Isabel declara não entender do que se trata tal retomada na cidade. Pois, a mesma acredita que não poderá se fazer teatro nem em março ou abril do próximo ano. O que aumenta a necessidade de olhar para os profissionais técnicos, diz Isabel Gomide. Destacando que, a palavra “técnicos” não teria sido, ao menos, falada no edital em questão. Ela ressalta que esses profissionais estão aparecendo como prestadores de serviço, conforme fora falado na Lei Aldir Blanc e ela declara não ter sido verdade. Pois, os técnicos não trabalharam nos editais da Lei Aldir Blanc porque, simplesmente, não se precisou deles para fazer espetáculos online. Assim, Isabel Gomide expressa que este é um momento muito grave e pergunta o que a Secretaria irá fazer neste edital de retomada cultural para a emergência dos técnicos. Isabel lembra ainda que já foram enviadas duas cartas à esta Secretaria, uma para falar sobre o edital do Programa Aprendiz Cultural, da qual não obtiveram respostas. E, outra para falar sobre o presente edital, igualmente sem resposta. Ela declara que sua esperança é de que ao menos tais correspondências tenham sido lidas e levadas em consideração algumas das sugestões ali presente. Isabel Gomide expressa sua preocupação com o que a Secretaria de Cultura irá fazer para a sobrevivência dos técnicos. Na sequência, apenas a participante Magali, da Escola Nacional de Circo, está presente para fala e agradece a carta dos técnicos e expressar que a situação da escola está bem crítica. Pois, o último pagamento da bolsa dos alunos ocorreu em julho e, agora, há sessenta alunos na cidade do Rio de Janeiro que vieram exclusivamente pela FUNARTE e FUNAENC sem nenhum apoio. E, ainda restam nove

meses de aulas presenciais que não se sabe quando acontecerão. Ela declara que não há respostas da FUNARTE e que defensores públicos já entraram com pedidos e seguem sem resposta. A conselheira Lia Baron solicita que, quanto às cartas que Isabel Gomide se referiu, ela verificará essas pendências e solicitará um posicionamento do gabinete para que este diálogo seja retornado. Lia reitera que os projetos que foram colocados tratam-se de projetos de cadeia para profissionais, lembrando que o edital para a Cultura do Carnaval Carioca assistiu aos técnicos em seus projetos orçamentários. Sobre não existir linha “técnicos”, também não há outras linhas específicas de profissionais, mas apenas linguagens e Identidades. Com isso, a conselheira Lia Baron compromete-se em conversar, amanhã, com o gabinete sobre essas respostas e encaminhamento dos diálogos para se pensar em soluções alternativas. Sem mais inscrições da Sociedade Civil, Lia Baron encaminha o final do encontro e lembra que, como desta vez, a reunião foi feita na última semana de agosto, este Conselho ficará, excepcionalmente, com duas reuniões em outubro. A conselheira Sarah Alonso indaga se não ficou nenhuma pergunta a ser respondida no chat e Lia confere junto ao funcionário Jeferson Rufino e não identificam no chat atual. A conselheira Rayanne Pacheco informa que havia feito uma pergunta no chat da outra sala, antes da queda de energia e repete sua pergunta sobre o porquê da Secretaria não ter consultado o Conselho para a elaboração deste edital. E, a conselheira Lia Baron suscita que tudo isso fora dito na última reunião, um encontro longo com duração de quatro horas, em que o formato do edital foi apresentado e fora dito, naquele mesmo momento, que estava encaminhado para a aprovação porque o tempo havia sido encurtado. E, não houve tempo hábil para se fazer da forma que fora feito no edital do carnaval e o texto foi, imediatamente, para a Procuradoria. Um texto de emergência, conforme já foi dito no último encontro, é importante que se lembre disso. Informações que a conselheira Lia Baron reitera que já foram ditas na última reunião. Uma vez que o edital foi feito em regime de urgência administrativa e que o formato que o Secretário apresentou na última reunião foi encaminhado, o texto estava, então, sendo encaminhado para a Procuradoria. Esse voltou da Procuradoria e esta Secretaria estará fazendo as adaptações necessárias, em regime de cerão, permanecendo no Centro Administrativo São Sebastião, hoje, até mais

tarde, para que amanhã o texto seja publicado, afirma Lia. Lembrando que é um texto de edital, um regulamento, muito parecido com o texto do edital do carnaval. Mais territorializado e com o diferencial sendo a fase de diligência das habilitações. Onde houve muitas dúvidas por conta da comunicação, deixando muitas dúvidas aos proponentes quanto ao que era devido de se fazer naquele momento. Lia Baron explica que, desta vez, a oportunidade de fazer correções no material encaminhado para a seleção, serão feitas no próprio recurso. Logo, tira-se a diligência, mas sua função é substituída pelo recurso. Desta vez, a plataforma será diferente, mas do ponto de vista do regramento e seu regulamento, a conselheira aponta que será um edital muito parecido com o Edital Cultura do Carnaval Carioca. Um que possuía a cota de quarenta por cento para as Áreas de Planejamento três, quatro e cinco, mas que neste novo edital há um segmento específico para tais, acrescenta Lia Baron. Afirmando ainda a busca desta Secretaria em trabalhar com as mesmas minutas e esqueletos do edital anterior, mas com algumas adaptações. Sendo um dos motivos de ter retornado da procuradoria com menos observações do que as relacionadas ao Edital Cultura do Carnaval Carioca. Ato contínuo, a conselheira Rayanne Pacheco registra que, independente da emergência, não cabe mais esse tipo de desculpa, e pede perdão pela palavra. Ela se refere ao fato de ter aprovações e medidas sobre a Sociedade Civil sem a consulta, pelo menos, à Sociedade Civil. A conselheira afirma que este Conselho está aqui representando a Sociedade Civil e identifica que, ao longo da história, sempre se para no mesmo lugar. Editais que não contemplam a todos e hoje há aqui a possibilidade de ter conselheiros de toda a cidade e que necessitam ser ouvidos, expressa a conselheira Rayanne Pacheco. Reiterando que a desculpa da emergência não cabe mais, principalmente em momento de pandemia e após a experiência que este Conselho teve com a Lei Aldir Blanc. Por isso, ela afirma o desejo de deixar tal registro. A coordenadora de Fomento Lia Baron encerra fazendo uma observação sobre a forma como a conselheira colocou a questão de ser uma desculpa. Pois, como servidora pública comprometida e que está nesta Secretaria trabalhando muitas horas por dia e se disponibilizando para fazer esta articulação com o presente Conselho, jamais viria a esta reunião para dar desculpas sobre procedimentos ou qualquer outra coisa similar, coloca Lia Baron. A conselheira Rayanne Pacheco pede

desculpas e garante que sua intenção não foi ofender a servidora, mas sim que sua fala fora no sentido macro. Lia, então, solicita responsabilidade na escolha das palavras e respeito para que se consiga encaminhar os trabalhos. Garantindo que expôs fala e argumentos próprios, dispendo-se a conversar com este Conselho. A conselheira Carla Wendling tem a palavra e oferece um encaminhamento. Ela expõe compreender os posicionamentos de ambas as conselheiras, mas acredita ser necessário o agendamento de uma reunião deste conselho com o prefeito. E, que essa seja feita através desta Secretaria, se possível. A conselheira Carla Wendling afirma ser necessário que se pontue ao chefe do executivo tudo o que foi colocado neste espaço de reunião. Ela solicita então, que se faça tal agendamento com o prefeito para que ele entenda que existe um mundo fora, uma realidade que talvez ele não consiga enxergar, mas este conselho, como sociedade Civil pode colaborar para tal entendimento, afirma Carla Wendling. Reiterando seu desejo quanto a essa marcação, se possível, por esta Secretaria, mas se não fora, ela afirma que buscarão outros caminhos. Assim, a Vice-Presidente Rosa Perdigão retoma a palavra e afirma compreender o desabafo da conselheira Rayanne Pacheco, por ser algo que já vem acontecendo desde a outra gestão. Ocasionalmente um sentimento de exclusão deste Conselho quando se depara com algo já pronto, como este edital, afirma Rosa. Acrescentando que, por mais que tenha havido a apresentação na reunião anterior, é preciso ter um foco e maior atenção aos fazedores de cultura que não possuem CNPJ. Situação agravada pela questão pandêmica, onde muitos não conseguiram mais pagar seus CNPJs, concordando com a necessidade de um olhar específico para os CPFs, coloca Rosa. Ela acredita que há a necessidade de tal agenda com o prefeito para que este Conselho possa intermediar o mesmo com as questões da ponta, da sociedade civil. Podendo ali melhorar alguns pontos através do diálogo sobre este edital, solicitando que se tenha um pouco de sensibilidade a essa questão, conclui Rosa Perdigão. A conselheira Sarah Alonso aponta que, com o desligamento da luz na prefeitura e, conseqüentemente, a perda das conversas do chat desta reunião, perde-se as questões que estão sendo apresentadas. Como a necessidade de um olhar diferenciado para os CPFs e premiações de valores menores. E, sobre isso, Sarah recorda que se falou na última reunião sobre um novo encontro para discutir o edital e aprofundar essas questões. Já que naquele

momento a pauta da apresentação do edital por esta Secretaria tornou a reunião longa, ela afirma. Após tal fala, a conselheira Lia Baron dá a reunião por encerrada com tais encaminhamentos. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às vinte horas e trinta minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pela Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.